

“Poder político sabia que o crédito

“Vivemos durante muito tempo acima das nossas possibilidades” e por isso agora “temos que tomar consciência que não temos condições para continuar neste caminho”, afirma Domingues Azevedo. Em entrevista à “Vida Económica”, à margem do II Fórum da Fiscalidade, que decorreu na passada semana, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) alertou que “sacrifícios, vamos todos ter que fazer” e admitiu que a presente situação “não era uma inevitabilidade”, foi sim “a consequência de ninguém ter tido na altura a coragem de parar o processo enquanto este ainda não era demasiado doloroso”.

Mas não refletiram que aquilo lhes estava hipotecar o futuro.

VE - Mas será o cidadão comum o único culpado?

DA – Não, é também o próprio poder político, porque este sabia que a situação era insustentável. Eles acreditavam que criaram as condições para resolver os problemas ao cidadão, permitindo que eles realizassem os seus objetivos. A própria banca, com os sistemas mais sofisticados na base de crédito, que têm como objetivo garantir o mínimo de fiabilidade de retorno daquilo que emprestam, dava-se ao luxo de telefonar às pessoas a questionar se estas não queriam crédito para irem de férias, como se algum dia isto fosse razoável no plano económico. Se as pessoas na sua vida não têm condições para libertar meios para poder ir gozar férias, então ela também não terá condições de libertar meios para pagar depois o dinheiro que o banco lhe emprestou para ir de férias. Em suma, não foi uma inevitabilidade, foi a consequência de ninguém ter tido na altura a coragem de parar o processo enquanto este ainda não era demasiado doloroso.

VE - E agora?

DA – Vivemos durante muito tempo acima das nossas possibilidades e agora temos que tomar consciência que não temos condições para continuar neste caminho. Agora a forma como se está a fazer esse reequilíbrio não merece de forma nenhuma a minha aceitação. Porque estamos hoje, exatamente, a deixar de fora quem permitiu que tudo isto acontecesse, e quem paga são sempre os mesmos: os contribuintes. Hoje é necessário recapitalizar os bancos para que estes sejam um fator de alavancagem da economia, mas ninguém me responde: o BPN, onde estão os responsáveis por esta situação e quem me garante que amanhã não será outro banco qualquer faça o mesmo? Ninguém pergunta o quê que é acontece a um Oliveira e Costa que desbaratou dinheiros que temos que pagar? Mandam, sim, a fatura ao cidadão para este pagar.

VE - E qual seria a solução?

DA – E se chegássemos à beira dessas pessoas e dissessemos: “O senhor errou. O seu património paga o que você fez? Ou então: “errou, vai para a cadeia durante uns 5 anos”. Não, dizem antes:



“Vivemos durante muito tempo acima das nossas possibilidades”, afirma Domingues Azevedo.

Cabe aos cidadãos que tinham acesso fácil ao crédito e que o obtinham de forma imediata e fácil o dinheiro para comprar sua habitação, carro e afins, pensarem. Mas não refletiram que aquilo lhes estava hipotecar o futuro.

“você errou. Deixe lá, foi a contingência de todo um processo”. Por tudo isto o cidadão sente neste momento, incompetente e injustiçado e isso é grave. É sente-se impotente porquê? Porque não tem capacidade de intervenção no processo. O cidadão em si vê-se confrontado em factos consumados e factos que depois não são penalizados, ele tem todo o direito de questionar: “que lógica é que isto tem? Os outros estragam e eu é que pago?” Será que nunca ninguém pensou que quando o cidadão tomar realmente consciência disto vai haver manifestações duras?

“TSU foi novela de mau gosto”

VE - As mexidas no IVA permitirão ao Estado obter um aumento de receita de quase cinco vezes mais que o valor inscrito no Memorando de Entendimento com a ‘troika’.

Como se explica esta opção do governo?

DA – Não gostaria muito de ir por esse caminho, porque são opções políticas. Há alguma justificação para isso, houve alguns desequilíbrios que provavelmente não seriam conhecidos. Há um dado que é interessante que devo salientar, a minha criatividade preceptiva das questões também é livre e não fica condicionada. Existe uma “mãozinha política” para tentar aliviar esta carga política em 2014 para depois levantar um pouco o pé do acelerador. Mas claro que tudo isto tem a ver com o reequilíbrio das contas públicas, nomeadamente as questões que não eram do conhecimento das pessoas quando assumiram responsabilidades.

VE - Considerando que o executivo abdicou da descida da Taxa Social Única (TSU), haveria necessidade de uma altera-

Vida Económica – O agravamento generalizado da fiscalidade para as famílias era uma inevitabilidade perante a atual situação económica do país?

Domingues Azevedo – Não poderíamos continuar a viver com os desequilíbrios económicos em que a nossa sociedade vivia. A nossa sociedade transmitiu uma facilidade excessiva de alcançar as coisas sem se refletir nas condições objetivas de fazer o retorno da aquisição dessas coisas. Vivemos desde há muito tempo numa ilusão coletiva que interessava a toda a gente e que ninguém teve a coragem de dizer: “parem, a consequência disso num futuro próximo vão ser estas...”. Cabe aos cidadãos que tinham o acesso fácil ao crédito e que o obtinham de forma imediata e muito fácil o dinheiro para comprar sua habitação, carro e afins, pensarem.



era insustentável”



PME serão as mais afetadas pelo agravamento fiscal

O OE2012 prevê ainda o aumento da tributação das empresas, ora por via da revogação da taxa reduzida de IRC, ora pelo agravamento da derrama estadual. Para Domingues Azevedo estas medidas poderão comprometer o desejado incremento da competitividade das empresas nacionais. “Na verdade, o agravamento das empresas tem algumas peculiaridades, mas quem vai ser verdadeiramente afetado são as PME”. Acrescentando que “estas vão ver agravados os efeitos da eliminação da primeira taxa 12,5% com rendimentos até 12 500 euros”. E tem outros efeitos como na “competitividade da empresa e na sua sustentabilidade”. Outra medida no IRC que poderá ainda ter um impacto maior são as “alterações de normas das penalizações. Em que o incumprimento poderá não ser voluntário e acaba por atingir valores enormes, como a falta de entrega de declarações e outras”, frisa.

se preocuparem com a Segurança Social. É injusto que para dar proteção a esses, ponham em risco aqueles que sempre cumpriram. Nunca ninguém disse ou questionou quanto é que esta situação vai custar à Segurança Social.

“Sacrifícios, vamos todos ter que fazer”

VE - E quanto ao aumento do IVA?

DA – Sacrifícios, vamos todos ter que fazer. Mas porque é que não se pede sacrifícios, por exemplo, ao rendimento de capitais? Quem tem milhões de euros no banco paga 21,5% e quem trabalha todos os dias paga entre 30% a 40% do seu salário, e que chega às férias e ao Natal vê o seu subsídio cortado, como é o caso dos funcionários públicos e dos reformados? Não digo que não devêsse haver alguma diferenciação positiva na taxação de capitais, atendendo ao atual momento económico e atendendo ao papel que os capitais podem representar da dinâmica da economia.

VE - Por outro lado, com a diminuição das deduções fiscais, perde-se um poderoso incentivo de solicitação de faturas. Não será de temer um crescimento da fuga ao fisco?

DA – Estamos a caminhar a passos largos para uma alteração profunda do nosso sistema fiscal. Isso é muito grave e que está a passar à margem de toda a gente. Não quero ser destrutivo, mas é verdade, não tenho argumentos para ser positivo. Em 1963 era eleito como fonte de tributação o rendimento. Isto é, para eu saber quanto é que uma pessoa ia pagar de impostos (participa-

ção do cidadão nas despesas da sociedade em que ele se insere), eu precisava de avaliar qual era a capacidade contributiva do cidadão. Na reforma de 1963 elegeram-se o rendimento como fonte de tributação. Em 1989 a reforma do sistema fiscal veio então dizer o que devemos tributar ao agregado familiar no seu contexto real e esse contexto têm a ver com a diferenciação, pois apesar de rendimentos iguais, os gastos podem ser diferentes. E então elegeram-se que despesas é que fariam essa diferenciação, saúde, educação, habitação. Por isso, a eliminação das deduções de despesa leva a que deixe de existir discriminação entre quem ganha muito e pouco. Ora, quando isso acontece, estamos perante uma injustiça fiscal, pois estamos a tributar realidades completamente diferentes.

VE - Até que ponto o agravamento da tributação das empresas e o atual cenário económico poderão colocar em causa a captação de investimento direto estrangeiro?

DA - Embora não tenha elementos sobre este tema, não sei se isso terá um efeito assim tão grande. Há outros pormenores vem mais preocupantes e que são determinativos para as empresas. Uma delas é a burocracia que a estamos sujeitos e que o Governo anterior fez um trabalho extraordinário nesse domínio de acabar com a burocracia. Já para não falar no factor instabilidades. Ninguém quer aplicar os seus capitais onde tenha a perspectiva de os perder. E essa instabilidade provavelmente a mão-de-obra qualificada e a burocracia são fatores muito mais determinantes do que a taxa que as empresas vão pagar.

ção tão radical nas categorias do IVA?

DA - A TSU foi uma novela de mau gosto, primeiro porque a “troika” tinha verdadeira consciência do que estava a falar quando se pronunciou. Toda a gente falava na baixa da TSU em 4%, mas ninguém avaliou os efeitos que essa descida teria na gestão da Segurança Social. A nossa Segurança Social, embora hoje nos apareça sustentada, sobre os cálculos, só terá sustentabilidade até 2040. Isto quer dizer que, a partir dessa data, haverá responsabilidades que hoje estão assumidas com os beneficiários que estão a fazer o seu percurso com os descontos para a Segurança Social e que a partir de 2040 estas serão maiores do que as entradas e receitas que o sistema terá. Como cidadão, desconto para Segurança Social desde dos 14 anos. E existem muitos, a quem se procura dar proteção, que andaram a trabalhar sem descontar e que nunca